



## DA ESTRUTURA À INTERAÇÃO: O ASSÉDIO SEXUAL COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

### *Eixo Temático 11 – Epistemologias Feministas e Estudo de Mulheres: Gênero, Sexualidade e Diversidade*

Vanessa Mutti de Carvalho Miranda <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo, parte de uma pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, aborda a violência de gênero, com ênfase no assédio sexual, e analisa como ele reflete as desigualdades de poder entre homens e mulheres, especialmente em uma instituição pública que atende majoritariamente meninas e mulheres negras e periféricas. A partir de uma perspectiva crítica e interseccional, o estudo investiga como as normas sociais, culturais e institucionais sustentam o assédio sexual, naturalizando-o e invisibilizando-o na sociedade. A violência simbólica é destacada como um dos principais mecanismos que perpetuam a dominação masculina e as relações desiguais de gênero, raça e classe. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica e análise documental, com foco em teorias críticas de gênero e interseccionalidade. A conclusão do artigo aponta para a necessidade de uma transformação cultural e institucional que considere as múltiplas opressões enfrentadas por mulheres, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Assédio sexual, violência simbólica, interseccionalidade, dominação masculina, ordem da interação.

#### INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno multifacetado e complexo, cujas raízes estão profundamente imersas nas estruturas sociais, culturais e históricas que moldam as relações entre os sexos. Não se limita apenas à agressão física ou psicológica, mas se manifesta também de formas sutis e simbólicas, perpetuadas por normas sociais que naturalizam a

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Docente do Instituto Federal de Educação (IFBA), [vanessamutti@hotmail.com](mailto:vanessamutti@hotmail.com)



desigualdade de gênero e a dominação masculina. Teóricas como Heleieth Saffioti (2015) e Rita Segato (2003) destacam que a violência de gênero é um mecanismo estruturante das hierarquias sociais, funcionando como um dispositivo de controle sobre os corpos femininos e dissidentes. Nesse contexto, o assédio sexual emerge como uma expressão explícita dessa violência, refletindo as desigualdades de poder entre homens e mulheres, especialmente em ambientes institucionais como o acadêmico.

Este artigo, parte de uma pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, tem como objetivo analisar o assédio sexual como uma manifestação da violência de gênero, com foco nas experiências de mulheres negras e periféricas em uma instituição pública. A justificativa para o estudo reside na persistência do assédio sexual como uma prática naturalizada e invisibilizada, mesmo em espaços que deveriam promover a igualdade e o respeito mútuo, como o ambiente acadêmico. A pesquisa busca contribuir para o debate sobre violência de gênero ao integrar perspectivas teóricas críticas, como o feminismo interseccional (Crenshaw, 1989), a violência simbólica (Bourdieu, 2002) e a ordem da interação (Goffman, 1967), oferecendo uma análise multidimensional do fenômeno.

A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica e análise documental, com foco em teorias críticas de gênero e interseccionalidade. A revisão bibliográfica abrange autores como Saffioti, Segato, Bourdieu e Goffman, cujas contribuições permitem compreender o assédio sexual como um fenômeno estrutural, simbólico e interacional. A análise documental inclui a revisão de legislações, normas institucionais e relatórios sobre violência de gênero, com o objetivo de identificar como as políticas públicas e as práticas institucionais abordam o problema.

Os resultados da pesquisa indicam que o assédio sexual é uma prática profundamente enraizada nas estruturas de poder que sustentam a dominação masculina e a desigualdade de gênero. A violência simbólica desempenha um papel central nesse processo, ao legitimar práticas de assédio como parte de uma ordem social que desumaniza as mulheres e as reduz a objetos de desejo e controle masculino. Além disso, a análise da ordem da interação revela como o assédio sexual viola normas de conduta e reforça hierarquias de gênero, raça e classe, especialmente no ambiente acadêmico. A interseccionalidade surge como uma ferramenta



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

analítica fundamental para compreender como essas múltiplas opressões se entrelaçam nas experiências das mulheres, tornando algumas mais vulneráveis do que outras.

Em síntese, o artigo conclui que o combate ao assédio sexual exige uma transformação cultural e institucional que considere as múltiplas opressões enfrentadas por mulheres negras e periféricas. Isso envolve a desconstrução das estruturas patriarcais, a promoção de uma cultura de respeito e igualdade, e a implementação de políticas institucionais eficazes para prevenir e punir o assédio sexual. O estudo reforça a importância de abordagens interseccionais e críticas para compreender e enfrentar a violência de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **ASSÉDIO SEXUAL: UMA VIOLÊNCIA DO COTIDIANO**

O assédio sexual é uma violência cotidiana que afeta mulheres, meninas e crianças. Desde a infância, meninos e meninas são socializados de maneira distinta: enquanto os meninos são incentivados a serem "aventureiros" e a conquistar espaços, as meninas aprendem a se resguardar, a cuidar da casa e das crianças. Essas conformações de gênero, enraizadas em uma estrutura patriarcal, foram confrontadas ao longo do século XX pelos movimentos feministas e sociais. No entanto, embora as mulheres tenham conquistado o status de sujeitos de direito na maioria dos países democráticos (ainda que tardiamente), esses comportamentos estereotipados foram apenas suavizados, permanecendo presentes no imaginário social e na ideia de felicidade heteronormativa e sexista do mundo ocidental.

A luta pelos direitos das mulheres ganhou força no século XX, pressionando instituições e Estados democráticos a se posicionarem, o que resultou na adoção de importantes marcos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela ONU em 1979, e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995. Esses instrumentos consolidaram a igualdade de gênero como um direito humano fundamental. No entanto, na atualidade, persiste a falsa percepção de que as mulheres sempre tiveram seus direitos assegurados. Ao revisitar a história, percebe-se que essas conquistas são recentes e que o debate sobre igualdade de gênero ainda enfrenta resistências significativas.



Dados do Atlas da Violência (2022), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelam que 37% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual em espaços públicos. Além disso, uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva em parceria com o Instituto Patrícia Galvão mostrou que 76% das mulheres já sofreram assédio no ambiente de trabalho, e 52% delas relataram medo de sofrer assédio nesse contexto. No entanto, o problema não se limita a espaços públicos ou laborais: o ambiente acadêmico também é palco de violências de gênero. A pesquisa da Avon (2015), realizada em parceria com o Data Popular, sobre violência de gênero, assédio e violência sexual no ambiente universitário, revelou que:

- 67% das universitárias entrevistadas já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por um homem no ambiente universitário;
- 56% já sofreram assédio sexual;
- 28% já sofreram violência sexual (incluindo estupro, tentativa de abuso sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento ou forçada a beijar veteranos);
- 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário;
- 36% já deixaram de realizar alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

É importante reconhecer que a violência de gênero acontece de forma escalonada, que muitas vezes se inicia na infância, adolescência e persiste na vida adulta, afetando mulheres em diferentes fases e contextos de suas vidas. A universidade, como espaço de formação e convivência, não está imune a essa realidade, exigindo ações institucionais efetivas para combater a violência de gênero e garantir um ambiente seguro e inclusivo.

### **O Assédio Sexual como Violência Estrutural**

A violência de gênero vai além da agressão física ou psicológica; ela está inserida em uma estrutura social que subordina as mulheres, negando-lhes autonomia e humanidade. Para Marilena Chauí, a violência se define como qualquer ato que utilize a força para coagir, constranger ou violar a natureza do ser humano, seja de forma explícita ou sutil. No caso da



violência de gênero, essa subordinação se manifesta tanto no espaço privado quanto no público, reduzindo as mulheres a objetos sexuais ou subordinados.

Heleieth Saffioti (2015, 2013; Silva, 2024) aprofunda essa discussão ao relacionar a violência contra as mulheres ao contexto econômico e social do capitalismo financeiro rentista. Inspirando-se na abordagem foucaultiana (Foucault, 1981), Saffioti analisa como as dinâmicas de poder circulam nas relações sociais, operando tanto no plano macroeconômico quanto nas interações microssociais.

Para Saffioti (2015), o patriarcado é uma estrutura histórica e analítica essencial para compreender a exploração e dominação das mulheres na sociedade. Ele não apenas molda as relações sociais, mas também se articula de maneira simbiótica ao racismo e ao capitalismo, criando uma engrenagem que perpetua desigualdades de gênero. Nesse sentido, a opressão patriarcal é reforçada por mecanismos estruturais e institucionais que marginalizam as mulheres tanto no campo econômico quanto no simbólico.

O conceito de patriarcado também é central para Carole Pateman (1993), que denuncia como o contrato social moderno se fundamenta em um "contrato sexual" que legitima a dominação masculina. Segundo Pateman, o contrato original não é firmado entre homens e mulheres, mas entre os próprios homens, reduzindo as mulheres a objetos desse pacto. Como ela destaca:

*O contrato social é também um contrato sexual; o contrato origina tanto a liberdade quanto a dominação. Ele é o meio pelo qual os homens asseguram o direito de acesso às mulheres, e por meio do qual é criada a moderna forma patriarcal de poder. (Pateman, 1993, p. 12).*

Essa interdependência entre patriarcado e estrutura social evidencia como as desigualdades de gênero se perpetuam através de instituições que naturalizam a sujeição feminina.

No contexto da industrialização, Saffioti (1979) argumenta que o modo de produção capitalista reforçou a marginalização das mulheres ao desvalorizar suas capacidades tanto no campo produtivo quanto no superestrutural. Como ela aponta:



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade  
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

*O sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais" (Saffioti, 1979, p. 21).*

A violência de gênero, portanto, não pode ser analisada isoladamente, mas sim dentro de um sistema que a estrutura e a reproduz.

### **Assédio Sexual como Violência Simbólica**

O assédio sexual nas relações acadêmicas deve ser compreendido a partir de uma perspectiva estrutural, que vai além da mera individualização dos casos e revela um sistema de poder ancorado no patriarcado. Rita Segato (2003) argumenta que a violência de gênero -- e, por consequência, o assédio sexual -- não se trata de um ato isolado, mas de um mecanismo estruturante das hierarquias sociais. Segundo a autora, a violência masculina tem uma dimensão pedagógica, isto é, ensina e reafirma posições de poder, funcionando como um dispositivo de controle sobre os corpos femininos e dissidentes. Essa perspectiva dialoga com a contribuição de Liz Kelly (1988), que propõe o conceito de violência como um continuum, no qual diferentes formas de violência, abuso e assédio estão interligadas por um contexto comum de relações de poder e controle. Como Kelly destaca, "The concept of a continuum enables us to make connections between many forms of violence, abuse and harassment, and to locate them within a common context of power relations and control" (Kelly, 1988, p. 76).

Nesse sentido, o assédio sexual pode ser entendido como uma prática que se insere nesse continuum, reforçando a dominação masculina e a subordinação das mulheres. Enquanto Segato enfatiza a dimensão pedagógica da violência, que ensina e naturaliza as hierarquias de gênero, Kelly amplia essa discussão ao mostrar como o assédio sexual está conectado a outras formas de violência, todas sustentadas por estruturas patriarcais que perpetuam desigualdades. Assim, o assédio sexual não é apenas uma violência individual, mas uma expressão de um sistema mais amplo que controla e subjuga as mulheres, tanto no espaço acadêmico quanto em outros contextos sociais.

Nesse sentido, a pedagogia da crueldade de Segato (2003) permite compreender como a naturalização do assédio sexual se insere em um projeto de dominação mais amplo, no qual a objetificação dos corpos e a imposição da vulnerabilidade das mulheres são elementos



centrais. No espaço acadêmico, essa lógica se traduz na manutenção de uma cultura institucional que tolera, minimiza ou até mesmo silencia experiências de assédio, perpetuando assim relações de poder assimétricas.

Além disso, a lógica de gênero identificada por Segato ajuda a explicar por que o assédio sexual não se restringe a relações interpessoais, mas tem um caráter exemplar e performático. Ou seja, ao assediar uma estudante, um professor não está apenas exercendo poder sobre aquela mulher específica, mas reafirmando um pacto de masculinidade que mantém a dominação masculina no espaço acadêmico. Isso ressoa com a noção bourdieusiana de dominação simbólica, na qual as estruturas de poder são internalizadas e reproduzidas de forma naturalizada.

Dessa forma, a análise do assédio sexual no ambiente acadêmico não pode se limitar às experiências individuais, mas deve ser situada dentro de um sistema que perpetua desigualdades de gênero, raça e classe. A interseccionalidade se torna, portanto, um instrumento essencial para compreender como esses marcadores atravessam as experiências das estudantes, tornando algumas mais vulneráveis do que outras e ampliando os impactos do assédio em suas trajetórias acadêmicas e pessoais.

O assédio sexual insere-se nesse contexto mais amplo como uma manifestação da violência de gênero. Ele pode ser compreendido como uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2002), na qual a mulher é reduzida a um objeto de desejo e controle masculino, tendo sua autonomia e dignidade desconsideradas. Essa desumanização reforça a naturalização das desigualdades de gênero, sendo reproduzida por diversas instituições sociais, como a família, a educação e a mídia.

Quando um homem assedia sexualmente uma mulher, ele não apenas afirma seu poder sobre ela, mas também reafirma as hierarquias de gênero que sustentam a dominação masculina. Esse fenômeno pode assumir diferentes formas, como o assédio *quid pro quo*, no qual vantagens são condicionadas a favores sexuais, ou o assédio ambiental, caracterizado por um clima hostil e intimidatório para as mulheres (Scott, 2005).

A ideologia patriarcal que permeia as instituições sociais não apenas normaliza o assédio, mas também responsabiliza as vítimas, minimizando as denúncias e reforçando a impunidade dos agressores. Assim, compreender o assédio sexual como parte de uma



violência estruturada é essencial para combater suas raízes e transformar as relações sociais, promovendo ambientes mais igualitários e seguros para as mulheres.

### **O Assédio Sexual e a ordem da interação: Das Estruturas às Relações Cotidianas**

A ordem da interação, conforme desenvolvida por Goffman (2014), estrutura-se a partir da metáfora teatral, especificamente na dinâmica entre ator, plateia e palco, onde os indivíduos mobilizam recursos simbólicos para criar e sustentar uma fachada convincente. Esse processo é fundamental para garantir o entendimento mútuo e a previsibilidade das relações sociais cotidianas. No entanto, essa estrutura não é estática, pois há sempre a possibilidade de desentendimento, negociação e contestação das representações. Assim, a ordem da interação é mantida por um esforço contínuo de convencimento, em que os atores ajustam suas performances de acordo com as expectativas do contexto e da plateia. Esse ajuste constante reflete a plasticidade da vida social e o caráter intersubjetivo da construção da realidade.

Nos espaços institucionais, como o ambiente acadêmico, essa ordem interacional se cristaliza em papéis sociais bem definidos, que estabelecem normas de conduta para estudantes, professores e servidores. No entanto, quando essas expectativas são violadas, como ocorre no caso do assédio sexual, a confiança na fachada institucional se rompe, gerando desestabilização e desconfiança. Goffman (2014) argumenta que a fachada é sustentada por um consenso tácito entre os envolvidos, e sua ruptura pode levar ao descrédito tanto do indivíduo quanto da instituição. Nesse sentido, o assédio sexual compromete não apenas as vítimas diretamente afetadas, mas também a legitimidade das normas que regem as interações acadêmicas, colocando em xeque a função social das instituições de ensino.

A análise goffmaniana também permite compreender por que muitas vítimas hesitam em denunciar o assédio. O conceito de estigma (GOFFMAN, 2014) ajuda a entender o medo de retaliação, a dúvida sobre a credibilidade do próprio relato e a dificuldade de confrontar um agressor que mantém uma fachada respeitável. Essa tensão entre a aparência pública e a realidade dos atos privados evidencia o papel da interação na sustentação das relações de poder e na manutenção das desigualdades de gênero. Assim, ao estudar o assédio sexual no



ambiente acadêmico sob a ótica da ordem da interação, torna-se possível identificar os mecanismos simbólicos e estruturais que perpetuam a impunidade e a naturalização da violência, destacando a importância de estratégias institucionais que desmascarem falsas fachadas e promovam uma cultura de responsabilização.

### **A Importância da Interseccionalidade na Análise das Opressões**

A interseccionalidade surge como uma ferramenta analítica fundamental para compreender as múltiplas e complexas formas de opressão que se entrelaçam na vida de grupos marginalizados. Desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989) no contexto do feminismo negro, essa abordagem desafia a visão reducionista que analisa as opressões de forma isolada, evidenciando como gênero, raça, classe, sexualidade e outras dimensões sociais interagem de maneira dinâmica na produção e perpetuação das desigualdades. Em Salvador, cidade com a maior população negra do Brasil -- maior até do que a de muitos países africanos --, a interseccionalidade oferece um quadro teórico promissor para investigar como o racismo, o sexismo e o classismo se manifestam de forma combinada, moldando as experiências de vida de sua população.

No entanto, é importante ressaltar que, embora a interseccionalidade forneça uma lente poderosa para analisar as opressões, sua aplicação em contextos específicos, como o ambiente acadêmico em Salvador, carece de dados empíricos robustos que comprovem como essas dinâmicas se manifestam na prática. Audre Lorde (1984) argumenta que "não existe hierarquia de opressão", destacando que diferentes formas de dominação social estão interligadas por uma matriz comum de poder. Essa afirmação, embora teoricamente sólida, precisa ser investigada empiricamente, especialmente em cidades como Salvador, onde a maioria da população, e onde as instituições públicas de ensino são frequentadas predominantemente por pessoas desses mais pobres.

A interseccionalidade, como propõe Crenshaw, não se limita à intersecção entre raça, classe e gênero, mas também inclui categorias como deficiência, idade e orientação sexual. No entanto, a falta de pesquisas específicas sobre como essas categorias se interseccionam no contexto de Salvador e em seus ambientes acadêmicos limita nossa capacidade de



compreender plenamente as dinâmicas de exclusão e violência que afetam grupos marginalizados. Por exemplo, embora seja plausível supor que mulheres negras e pobres enfrentem maior vulnerabilidade ao assédio sexual e outras formas de violência de gênero, essa hipótese precisa ser investigada por meio de estudos qualitativos e quantitativos que considerem as particularidades locais.

## **METODOLOGIA**

Este estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, que tem como objetivo analisar o assédio sexual como uma manifestação de violência de gênero, com foco nas experiências de mulheres negras e periféricas em uma instituição pública. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, com ênfase em teorias críticas de gênero e interseccionalidade. A metodologia inclui a análise de dados secundários, como pesquisas nacionais e internacionais sobre violência de gênero e assédio sexual, além de documentos institucionais que tratam de políticas de combate ao assédio em ambientes acadêmicos.

A revisão bibliográfica abrange autores como Heleieth Saffioti, Pierre Bourdieu, Kimberlé Crenshaw, Rita Segato e Erving Goffman, cujas contribuições teóricas permitem compreender o assédio sexual como um fenômeno estrutural, simbólico e interacional. A análise documental inclui a revisão de legislações, normas institucionais e relatórios sobre violência de gênero, com o objetivo de identificar como as políticas públicas e as práticas institucionais abordam o problema.

Embora o estudo ainda não tenha realizado coleta de dados empíricos, a metodologia proposta para a pesquisa de campo inclui entrevistas semiestruturadas com mulheres que vivenciaram situações de assédio sexual no ambiente acadêmico, além de observação participante em espaços institucionais. A pesquisa seguirá as diretrizes éticas para estudos com seres humanos, com aprovação prévia de comitê de ética em pesquisa.



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade  
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados secundários e da literatura revisada revela que o assédio sexual é uma prática profundamente enraizada nas estruturas de poder que sustentam a dominação masculina e a desigualdade de gênero. Como destacado por Heleieth Saffioti (2015) e Rita Segato (2003), o assédio sexual não pode ser compreendido apenas como um ato individual, mas como parte de um sistema que naturaliza a violência de gênero e a subordinação das mulheres. A violência simbólica, conceituada por Bourdieu (2002), também desempenha um papel central nesse processo, ao legitimar práticas de assédio como parte de uma ordem social que desumaniza as mulheres e as reduz a objetos de desejo e controle masculino.

No entanto, é importante destacar que o assédio sexual também possui uma dimensão interacional, analisada à luz da teoria de Goffman (1967) sobre a ordem da interação. Goffman argumenta que as interações sociais são reguladas por normas e expectativas que orientam o comportamento dos indivíduos em diferentes contextos. No caso do assédio sexual, essas normas são frequentemente violadas, mas a responsabilidade pela violação tende a ser atribuída à vítima, enquanto o agressor é justificado ou perdoado com base em argumentos que minimizam a gravidade de seus atos.

A ordem da interação, portanto, não é neutra, mas reflete e reproduz as hierarquias de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade. Quando um professor assedia uma estudante, por exemplo, ele não apenas viola as normas de conduta esperadas em um ambiente acadêmico, mas também reafirma sua posição de poder dentro de uma estrutura patriarcal que naturaliza a dominação masculina. Nesse sentido, o assédio sexual pode ser entendido como uma performance de poder, na qual o agressor utiliza sua posição privilegiada para controlar e subordinar a vítima.

A interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece uma ferramenta analítica fundamental para compreender como gênero, raça e classe se interseccionam nas experiências de assédio sexual. Mulheres negras e periféricas, por exemplo, enfrentam vulnerabilidades específicas devido à combinação de racismo, sexismo e classismo, que ampliam os impactos do assédio em suas trajetórias acadêmicas e pessoais. A falta de políticas institucionais eficazes para combater o assédio sexual em ambientes acadêmicos também contribui para a perpetuação dessas desigualdades.



A dimensão relacional do assédio sexual, no entanto, não pode ser negligenciada. Embora o assédio seja sustentado por estruturas de poder e normas culturais, ele também é resultado de escolhas individuais que refletem atitudes e valores misóginos. Como destacado por Goffman (1967), as interações sociais são mediadas por performances que revelam as intenções e os valores dos indivíduos. No caso do assédio sexual, a performance do agressor revela uma disposição para violar as normas de respeito e igualdade que deveriam orientar as relações de gênero.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assédio sexual é uma manifestação de violência de gênero profundamente enraizada nas desigualdades de poder entre homens e mulheres, especialmente quando consideramos as interseccionalidades de raça, classe e outros marcadores sociais. Ao analisarmos esse fenômeno sob a ótica de teorias críticas de gênero, como as de Marilena Chauí, Pierre Bourdieu, Heleieth Saffioti, bell hooks, Patricia Hill Collins e Rita Segato e Erving Goffman, podemos entender como as normas sociais, culturais e institucionais contribuem para sua perpetuação. A violência simbólica, a dominação masculina e a naturalização das relações desiguais de gênero são fatores essenciais para compreender o assédio sexual como uma prática que não é apenas individual, mas parte de uma estrutura social mais ampla.

O combate ao assédio sexual exige uma mudança profunda nas normas e práticas sociais que sustentam a desigualdade de gênero, raça e classe. Isso envolve a transformação das instituições que perpetuam essas normas, como a mídia, a educação e a família, e a construção de uma cultura que valorize a autonomia e dignidade das mulheres, especialmente das mulheres negras e periféricas. O movimento feminista, em particular o feminismo negro, tem sido fundamental para dar visibilidade a essas questões e pressionar por mudanças. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que possamos construir uma sociedade verdadeiramente igualitária, onde o respeito aos direitos das mulheres seja central em todas as esferas da vida.



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade  
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

### REFERÊNCIAS

#### Livros:

**BOURDIEU, Pierre.** *A dominação masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

**GOFFMAN, Erving.** *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução de Dante Moreira Leite. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**GOFFMAN, Erving.** *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**GONZALEZ, Lélia.** *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

**KELLY, Liz.** *Surviving sexual violence: feminist perspectives*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

**SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.** *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. 384 p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 4). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod\\_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A\\_Mulher\\_na\\_Soc\\_Classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf). Acesso em: 22 jan. 2025.

**SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.** *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

**SEGATO, Rita.** *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

#### Artigos e Periódicos:

**CRENSHAW, Kimberlé.** Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.

**HARAWAY, Donna.** Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.